

RESENHA

INDIGENISMO E TERRITORIALIZAÇÃO: PODERES, ROTINAS E SABERES COLONIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

*Sarah Iurkiv Gomes Tibes Ribeiro - UNIOESTE**

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) *Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

A obra “Indigenismo e territorialização: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo” consiste numa coletânea organizada por João Pacheco de Oliveira, antropólogo, professor vinculado ao Museu Nacional/UFRJ. Composta por oito textos redigidos entre os anos de 1983 a 1994, todos relacionados com o PETI - Projeto Estudo sobre Terras Indígenas no Brasil: invasões, uso do solo e recursos naturais, pesquisa desenvolvida junto ao Museu Nacional. A coordenação deste projeto coube ao organizador desta coletânea e ao antropólogo Antonio Carlos de Souza Lima, também ligado ao Museu Nacional/UFRJ. O projeto contou com financiamento da Fundação Ford Brasil, e teve como proposta básica a realização de um monitoramento independente do processo de criação e reconhecimento de terras indígenas no Brasil. Do seu desenvolvimento resultou um volume significativo de trabalhos científicos, além de publicações nos mais variados formatos, tratando de indigenismo, políticas governamentais de cunho indigenista, processos de etnogênese, movimentos indígenas e outros. Seu desdobramento, também com financiamento da Fundação Ford, é o projeto “Políticas Indígenas e Política Indigenista no Brasil Atual” que tem tornado possível a divulgação e publicação de alguns trabalhos, incluindo a coletânea ora em tela.

* Professora Assistente do Curso de História – UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon. Mestre em História Ibero-Americana pela PUC/RS. Doutoranda em História do Brasil pela PUC/RS.

A proposta central do livro é analisar os processos de localização e demarcação de terras enquanto territórios indígenas, a partir da investigação das políticas públicas relacionadas à questão, concretizadas na atuação de organismos e agentes governamentais, não se devendo esperar, portanto, reflexões sobre espacialidade enquanto elemento da estrutura simbólica de sociedades nativas. O que confere unicidade e fundamenta os ensaios é o pressuposto de que a configuração e demarcação de áreas indígenas deve ser entendida como resultante de um processo no qual entram em interação duas dinâmicas distintas, quer seja a dos povos indígenas, cada qual com suas especificidades; e da sociedade nacional, múltipla, mas homogeneizada nos seus objetivos de “progresso” e desenvolvimento do país. Neste sentido a ação das agências governamentais, cuja função é a tutela dos povos nativos e a administração da demarcação dos seus territórios, forja-se a partir do interesse e determinações do entorno nacional.

Composta por textos de autores diversos, a coerência interna da obra é evidente, visto que situa-se como um todo na vertente comumente denominada de “contato interétnico”, ou seja, que parte da perspectiva de que não é possível refletir sobre questões de territorialidade indígena de maneira estanque, considerando apenas a dinâmica interna dos povos, obliterando as motivações e interesses da sociedade envolvente, quaisquer que sejam seus segmentos ou agentes. Em outros termos, põe ênfase nas relações interétnicas, traduzindo-se como a percepção de que a configuração dos territórios indígenas resulta do entre choque de duas dinâmicas. Desconsiderar o contato ou tratar a espacialidade indígena como fruto exclusivo da auto determinação destes povos, seria simplificar e reduzir processos complexos e permeados de conflitos, que são os variados momentos e faces assumidas pelo avanço da sociedade nacional, ignorando a inevitabilidade e heterogeneidade do entorno no qual necessariamente os povos indígenas encontram-se inseridos.

O primeiro artigo da coletânea, intitulado “Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas” escrito por João Pacheco de Oliveira em 1983, procura estabelecer as finalidades e parâmetros das investigações a serem implementadas pelo desenvolvimento do projeto que se iniciava. O segundo texto, do mesmo autor, “Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural”, originalmente destinou-se a introduzir a Listagem das Terras Indígenas, elaborada em colaboração recíproca do PETI e CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação, publicada no final de 1987,

momento no qual era elaborada a nova Carta Constitucional no Congresso Nacional. Ressalte-se que a divulgação do seu teor teve efeito positivo no que tange à persuasão dos constituintes quanto às determinações relativas aos direitos indígenas a serem assegurados pela nova Carta Magna brasileira.

O trabalho seguinte será “Demarcação e reafirmação étnica: um ensaio sobre a FUNAI”, escrito em parceria por João Pacheco de Oliveira e Alfredo Wagner Berno de Almeida, este último antropólogo, professor da Universidade Federal do Maranhão. Resultou de uma pesquisa realizada por ambos na sede da FUNAI nos anos de 1984 a 1985 e tem como base a abordagem da ação institucional deste órgão, evidenciando a inadequação e pouco preparo dos quadros constitutivos do agente governamental responsável pela execução da política indigenista no Brasil, entenda-se inclusive o estabelecimento e demarcação de áreas indígenas. O artigo que segue, de Lucy Paixão Linhares, pesquisadora do PETI, “Ação discriminatória: terras indígenas como terras públicas”, funciona como um complemento ao investigar sobre fórmulas/modos de reconhecimento, ou não reconhecimento de terras indígenas implementados pelo INCRA. Considere-se que este foi durante muito tempo o principal agente para regularização e reconhecimento de terras públicas no país, o que implica dizer que sua atuação ou omissão com relação ao estabelecimento de terras para os povos indígenas teria sérias conseqüências para os interesses dos mesmos.

O próximo estudo é de Ana Lúcia Lobato de Azevedo, outra pesquisadora do PETI, intitulado “A participação do Poder Judiciário na definição da terra indígena”, conseqüência de sua dissertação de mestrado, cuja temática central serão os processos políticos na construção dos territórios dos índios Potiguara da Paraíba. O ensaio “A ‘identificação’ como categoria histórica”, escrito por Antonio Carlos de Souza Lima, realiza um esforço de sistematização e reflexão dos dados levantados em virtude do desenrolar do programa, bem como dos avanços relativos à política indigenista que possam ser creditados ao desenvolvimento do PETI.

O texto que vem a seguir, também redigido por Souza Lima, “Os relatórios antropológicos de identificação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio - Notas sobre o estudo da relação entre Antropologia e Indigenismo no Brasil, 1968-1985”, aborda a elaboração dos relatórios de identificação de terras como territórios indígenas pelos Grupos de Trabalho constituídos pela FUNAI para este fim específico, onde discute

o caráter de “cientificidade” e, por conseguinte, de “autoridade” dos agentes do indigenismo, bem como as implicações políticas de tais relatórios; por fim, o artigo que conclui a coletânea é “Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais”, de João Pacheco de Oliveira, e tem como tema os laudos periciais montados por antropólogos em circunstâncias nas quais estejam ocorrendo processos judiciais envolvendo disputa de terras indígenas, e em consequência se faça necessário estabelecer a indianidade ou não de um grupo étnico determinado, analisando as ambigüidades inerentes à atividade antropológica, em virtude da relatividade dos critérios de identificação e auto identificação étnicas.

É interessante reiterar que os autores responsáveis pela elaboração dos textos constitutivos desta obra, com ênfase em João Pacheco de Oliveira e Antonio Carlos de Souza Lima em virtude da relevância de sua produção acadêmica, trabalham na perspectiva do “contato interétnico”, que se contrapõe à uma “etnologia clássica”, e é herdeira das preocupações com questões administrativas de Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão e Roberto Cardoso de Oliveira, cujas atenções estiveram em grande parte direcionadas para as implicações das interações entre povos indígenas e sociedade nacional. Pode-se afirmar que na “vida real” do ensino e da pesquisa antropológica esta cisão não estaria tão evidente, todavia há que considerar que uma “etnologia clássica”, depurada de eventuais ingerências político-administrativas e voltada exclusivamente para a investigação da dinâmica interna dos povos indígenas, não daria conta de avaliar os reflexos que as situações de contato com segmentos de quaisquer outras sociedades, bem como as políticas públicas teriam no modo de ser e viver desses povos. Outrossim, obliterar as implicações que o contato imposto às sociedades indígenas traz para as mesmas, significa desconsiderar que a sua suposta vulnerabilidade ou tendência à extinção jamais foram condições inatas dos seus diferentes modos de ser. Resultaram, isto sim, da ação de conquistadores/colonizadores nas suas diferentes faces e formas que visaram sempre abolir a diversidade, imprimindo em contrapartida um cenário de idílica homogeneidade étnica, cultural, política e religiosa.

Há que considerar, todavia, que os autores ao abordarem as sociedades indígenas tão somente a partir das políticas indigenistas levadas a efeito, acabam por desconsiderar a multiplicidade de coletividades identificadas e auto identificadas como povos indígenas situadas no Brasil, e suas especificidades, tendo no Estado nacional o elemento central e

fundante de sua pesquisa. Viveiros de Castro ironiza ao dizer que em casos limites poder-se-ia eliminar as sociedades indígenas e suas “interações” com a sociedade nacional, mantendo-se tão somente a sociedade nacional e suas “construções” das sociedades indígenas (CASTRO. In: MICELI, 1999). Este livro, portanto, tratará principalmente dos aparelhos de poder, integrados por redes de papéis, recursos e indivíduos, dirigidos por hábitos e rotinas que se concretizam em normas e programas, atravessados por hierarquias e contextos de tomadas de decisões.

Os aparelhos mencionados, embora assumam faces diversificadas, obedecem aos mesmos interesses e a uma lógica específica. Parafrazeando o título da obra trata-se de “poderes, rotinas e saberes coloniais”, cujo dinamismo precisa ser descrito e explicado por causas específicas, não derivadas de interesses e valores dos atores sociais em nome dos quais atuam e cujos direitos afirmam garantir, ou seja, os índios. Neste sentido, a proposta da coletânea, ao lidar com FUNAI, SPI, INCRA, e tribunais de justiça, foi realizar uma análise processual do poder, “considerando-o como um conjunto de mecanismos, estratégias e compulsões que são utilizados e intervêm sobre os indígenas e suas coletividades na definição dos seus direitos territoriais”.

Malgrado a relativa limitação desta coletânea, tendo em vista a ênfase na perspectiva das ações do Estado nacional, é indiscutível sua relevância teórica no que se refere à vertente “contatualista”. Além disso, o projeto de monitoração de áreas indígenas que fundamenta a redação e editoração deste trabalho teve o mérito de influenciar na ampliação significativa do número e extensão de áreas indígenas demarcadas pela FUNAI, contribuindo na progressiva redução da omissão do órgão indigenista com relação às demandas territoriais indígenas, bem como uma mudança de comportamento, leia-se término de uma política sistemática de desconfiança, diante de reivindicações de grupos/populações de mobilização étnica recente.

Livro citado

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Etnologia brasileira. In: MICELI, Sergio (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Antropologia (Volume II). São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS/ CAPES, 1999.

